

Normas Internacionais de Contabilidade

Introdução

No mundo globalizado, a necessidade de informações mais rápidas e precisas vem sendo desenvolvida ao longo do tempo, e com isso estão havendo várias mudanças, principalmente na área contábil, em que é o setor por onde passam todas as informações de qualquer entidade, sendo micro, pequena, média ou grande porte. As mudanças a qual nos referimos já são realidade, em que podemos vivenciar, é a criação das normas internacionais de contabilidade.

Essas normas foram criadas a partir do momento em que a economia mundial, vive em constante transformação, e a pressão desde investidores vem crescendo constantemente, em relação aos seus investimentos, tornando-se uma importante ferramenta de decisão para a gestão dos administradores.

Siglas inglesas importantes:

- **IASC** (International Accounting Standards Committee)
- **IASB** (International Accounting standards Board)
- **IAS** (International Accounting Standard)
- **SIC** (Standing Interpretations Committee)
- **IFRS** (International Financial Reporting Standard)
- **IFRIC** (International Financial Reporting Interpretations Committee)

Estrutura conceptual da Contabilidade internacional

Os princípios fundamentais da estrutura conceptual da Contabilidade internacional estão definidos no texto chamado “Framework” em inglês (“Estrutura conceptual”). O texto não é uma norma internacional de contabilidade. Ele é uma descrição dos conceitos básicos que devem ser respeitados na preparação e apresentação das demonstrações financeiras internacionais. O texto define o espírito intrínseco das normas internacionais, a filosofia geral das normas e tem também como objetivo ajudar a diretoria do IASB no desenvolvimento e interpretação das normas internacionais de contabilidade, os usuários na elaboração das demonstrações financeiras e, os auditores na formação de uma opinião de auditoria. Em caso de conflito entre qualquer norma internacional e o “framework”, as exigências da norma internacional prevalecem sobre as do “framework”.

Os principais conceitos apresentados na Estrutura conceptual são:

- **Os objetivos das demonstrações financeiras:** dar informações sobre a posição financeira, os resultados, e as mudanças na posição financeira de uma entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários (investidores, empregados, fornecedores, clientes, instituições financeiras ou governamentais, agências de notação e público) em suas tomadas de decisão.
- **Os pressupostos básicos:** regime de competência e continuidade.
- **As características qualitativas das demonstrações financeiras:** clareza, relevância, confiabilidade, comparabilidade, equilíbrio entre custo e benefício na preparação das demonstrações financeiras.
- **Os elementos das demonstrações financeiras:** o balanço Patrimonial, a demonstração de resultado, a demonstração de fluxo de caixa, as notas e as divulgações incluindo informações por segmento de negócio.
- **Os critérios de reconhecimento** dos ativos, passivos, receitas e despesas.
- **Os princípios de avaliação** dos elementos das demonstrações financeiras: custo histórico, custo corrente, valor realizável e valor presente.

NORMAS INTERNACIONAIS

International Accounting Standards Committee (IASC)

Conselho de Padrões de Contabilidade Internacional, constituída em 1973 por órgãos profissionais de contabilidade dos países Austrália, Canadá, França, Alemanha, Japão, México, Países Baixos, Reino Unido, Irlanda e Estados Unidos. Entre 1983 à 2001 foram incluídos no IASC todos os membros da Federação Internacional de Contadores – IFAC , compreendendo 143 membros em 104 países.

International Accounting Standards Board (IASB)

Desde sua criação passou a dedicar aos projetos do antigo IASC, e com uma lista de novos projetos, na sua primeira reunião em 2001, foram listados 42 tópicos indicados pelos próprios membros do IASB, sendo que em 2002, o IASB publicou um ED (exposure draft) sobre projetos de melhoria de 12 dos 34 padrões de contabilidade em vigor, onde seu objetivo é a melhoria e dar consistência aos relatórios financeiros com utilização de provenientes no mundo todo.

O IASB pretende empreender, em conjunto com os observadores de padrões contábeis nacionais

Para o futuro, o IASB estimulará os observadores de padrões nacionais e outros a executar trabalhos iniciais de projetos que poderão ser incluídos na agenda do IASB.

A Preface to International Financial Reporting (the preface), prefácio para relatórios financeiros internacionais foi emitido pelo IASB em maio de 2002, onde é abordado objetivos, procedimentos e o devido processo pelo IASB, bem como explica o escopo e o poder do IFRS, em que o prefácio é de dedicar e esclarecer certas matérias controvertidas, relativas a padrões de contabilidade emitidos, onde são debatidos há muito tempo, além de dedicar-se a atender tais objetivos do IASB, prefácio dedica-se às seguintes matérias:

1. Escopo do IFRS:

- os novos padrões a serem emitidos pelo IASB serão denominados padrões de relatórios financeiros internacionais – International Financial Reporting Standards – IFRS.
- Todos os IAS e interpretações do SIC emitidas pelo IASB e SIC continuarão a ser aplicáveis até que sejam revisados ou revogados;
- os IFRS são aplicáveis a todas as entidades com fins lucrativos, independentemente da sua forma legal.
- Os IFRS são aplicáveis às demonstrações financeiras individuais e consolidadas;

Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos (GAAP)

Definição

O GAAP (*Generally Accepted Accounting Principles*) se preocupa com mensuração das atividades econômicas, com o momento no qual tal mensuração será realizada ou registrada, com a evidenciação das atividades que a circundam e com a preparação e apresentação de informações econômicas resumidas na forma de demonstrações financeiras. Os GAAP desenvolveram questões sobre qual a melhor forma de executar essas atividades (mensuração, momento de reconhecimento, evidenciação ou apresentação), ele é um produto do ambiente econômicos no qual é o desenvolvimento da contabilidade e dos padrões de relatórios financeiros, tem até certo ponto retardado o avanço no aumento da complexidade das estruturas econômicas e transações.

Os princípios contábeis são geralmente endereçados para soluções que são objetivas, conservadoras e verificáveis. Existem duas grandes categorias de princípios contábeis – reconhecimento e evidenciação.

Os princípios de reconhecimento determinam o momento e a mensuração de um item que faz parte do ciclo contábil e impacta nas demonstrações financeiras, referem-se então a padrões quantitativos, os quais requerem que a informação

econômica seja refletida numericamente, e o princípios de evidenciação envolve informação qualitativa, que são ingredientes essenciais para que as demonstrações financeiras representem um conjunto completo, a sua ausência faria com que as demonstrações financeiras criadas por intermédio de princípios de reconhecimento enganassem a si mesma.

Contabilidade Internacional e o papel do IASB

O papel do IASB, é um organismo privado e sem fins lucrativos, onde participam mais de 100 (cem) países, tem um papel importante no comprometimento de reduzir as diferenças, buscando harmonizar as regulamentações, normas contábeis e procedimentos relacionados com a preparação e apresentação de suas demonstrações. Hoje o IFRS e USGAAP são os princípios aceitos no mundo, e o IASB está com um papel de harmonização destes princípios.

O Brasil no processo de convergência das normas internacionais

Essa mudança no perfil da contabilidade brasileira é defendida por muitos pesquisadores, com destaque para o recém-eleito presidente do Conselho Consultivo de Normas do IASB – International Accounting Standards Board e membro da Comissão Consultiva de Normas Contábeis da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, professor Nelson Carvalho. Para Carvalho, “Uma linguagem universal e única para medir e relatar o desempenho empresarial tem seus bons frutos. As boas empresas, bem administradas, serão muito melhor entendidas.” (IBEF, 2005, pg 1). Segundo o IBEF (2005), Carvalho ressalta que medir coisas iguais, da mesma forma, em qualquer latitude do planeta, permitirá que os investidores façam comparações de desempenho. O custo de capital cairá para os negócios promissores e bem administrados, e baixos custos de captação para as empresas que migrarem para as normas internacionais significam, no fundo, geração de emprego e renda.

A importância da convergência da contabilidade nacional para a contabilidade internacional, materializa-se, especialmente, na iniciativa do *Reports on the Observance of Standards and Codes* (ROSC) do Banco Mundial (World Bank), que estabelece um programa para auxiliar seus países membros na implementação de padrões internacionais de contabilidade. Os objetivos desse programa são os seguintes:

- Análise comparativa da contabilidade e dos padrões de auditoria nacionais para determinar o grau de conformidade com os padrões internacionais, para avaliar a qualidade dos relatórios financeiros;

- Capacidade do país de desenvolver e executar um plano de ação para melhorar a capacidade do país, buscando o fortalecimento da qualidade dos relatórios financeiros. (BANCO de WORD, 2006).

A adoção de normas internacionais de contabilidade poderá trazer grandes vantagens para a economia brasileira, mas também exigirá uma série de investimentos das empresas nacionais em treinamento e adaptação de sistemas de informações. Mas, mesmo com esses investimentos, as vantagens dessa convergência, a princípio, superam as poucas desvantagens que poderão acarretar essas mudanças.

Algumas iniciativas isoladas dessa convergência já foram definidas no Brasil, como é o caso da divulgação de informações por segmento de negócios, que passou a ser incentivada pela CVM, segundo os padrões definidos pelas normas internacionais (IAS 14).

Dentre as ações brasileiras, uma das que mais caracterizou a tendência brasileira de convergir para a contabilidade internacional, foi a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) através da Resolução Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.055 de 07.10.2005.

O CFC justifica que a criação do CPC deve-se a crescente importância da internacionalização das normas contábeis e que esse fato vem levando inúmeros países a caminhar para um processo de convergência que tenha como consequência:

- a) a redução de riscos nos investimentos internacionais (quer os sob a forma de empréstimo financeiro quer os sob a forma de participação societária), bem como os créditos de natureza comercial, redução de riscos essa derivada de um melhor entendimento das demonstrações contábeis elaboradas pelos diversos países por parte dos investidores, financiadores e fornecedores de crédito;
- b) a maior facilidade de comunicação internacional no mundo dos negócios com o uso de uma linguagem contábil bem mais homogênea;
- c) a redução do custo do capital que deriva dessa harmonização, o que no caso é de interesse, particularmente, vital para o Brasil.

O Art. 3º Resolução CFC nº 1.055, determina que o CPC tem por objetivo o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e

uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

Essa busca pela padronização contábil internacional propiciou que a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) criasse algumas exigências para que as Companhias brasileiras detentoras de padrão de governança corporativa Nível 2 (“Companhias do Nível 2”) ou de Novo Mercado devam elaborar demonstrações contábeis de acordo com Padrões Internacionais. Para isso, segundo a BOVESPA (2006), após o encerramento de cada exercício social a Companhia deverá, adicionalmente ao previsto na legislação societária vigente, observar as seguintes exigências:

- (i) elaborar demonstrações contábeis ou demonstrações consolidadas, conforme previsto nos padrões internacionais IFRS ou US GAAP, em reais ou dólares americanos, que deverão ser divulgadas na íntegra, no idioma inglês, acompanhadas do relatório da administração, de notas explicativas, que informem inclusive o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício segundo os princípios contábeis brasileiros e a proposta de destinação do resultado, e do parecer dos auditores independentes; ou divulgar, no idioma inglês, a íntegra das demonstrações financeiras, relatório da administração e notas explicativas, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acompanhadas de nota explicativa adicional que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os critérios contábeis brasileiros e segundo os padrões internacionais IFRS ou US GAAP, conforme o caso, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis aplicados, e do parecer dos auditores independentes.

Esse processo de convergência brasileira em direção aos padrões internacionais de contabilidade, culminou com a publicação da deliberação 488 da CVM, determinando como compulsória essa harmonização para as Companhias de capital aberto no Brasil.

Esse pronunciamento, segundo a CVM (2006) dispõe sobre considerações gerais para a apresentação de demonstrações contábeis, diretrizes para sua estrutura e requisitos mínimos de seu conteúdo, incluindo a descrição das práticas contábeis. Ao dispor sobre a estrutura e conteúdo das demonstrações contábeis, este pronunciamento trata também de normas específicas para a elaboração do Relatório da Administração aos investidores, reafirma a prevalência do princípio da essência econômica sobre a forma e traz para o ambiente das informações contábeis divulgadas para o mercado de capitais brasileiros o alinhamento à norma

internacional IAS 1 (International Accounting Standards 1 – framework for the preparation and presentation of financial statements).

Fonte: https://tdmdconsultores.wordpress.com/2008/07/01/contabilidade_internacional/